

A POLIARQUIA BRASILEIRA: DA ALIANÇA ENTRE MÍDIA E GOVERNOS À LIBERDADE DE OPOSIÇÃO SOCIAL ORGANIZADA DURANTE OS GOVERNOS COLLOR E FHC¹

Brazilian polyarchy: alliance between media and governments to freedom of social organized opposition during the governments Collor and FHC

GUILHERME AUGUSTO BATISTA CARVALHO

Recebido em 05/10/2015; aceito em 10/06/2016

Resumo: O presente artigo pretende realizar uma discussão sobre o papel da mídia brasileira no apoio à construção da hegemonia governista, na ainda jovem democracia que tentava se estabelecer na década de 1990 no país. Nossa questão estrutural é: a participação da mídia na manutenção da governabilidade interferiu na proeminência democrática de oposição organizada? Concluímos que os grupos opositores de cunho social organizado se fortaleceram e nenhum consenso foi alcançado.

Palavras-chave: Poliarquia; Collor; FHC.

Abstract: This article intends to hold a discussion on the role of the Brazilian media in supporting the construction of the ruling hegemony in the still young democracy trying to establish in the 1990s in the country. Our structural issue is: the media's interest in maintaining the governance interfered in democratic prominence of organized opposition? We conclude that the social nature of organized opposition groups have been strengthened and no consensus has been reached.

Keywords: Polyarchy; Collor; FHC.

INTRODUÇÃO

O gradual retorno à democracia no Brasil levou a novos questionamentos sobre a vida pública nacional. Foi encontrada nos anos 1980, uma manifestação de novos atores políticos e sociais, que há muito estavam suprimidas. O surgimento de novos partidos, que tem suas origens políticas ligadas à luta pela democracia, oportunidades de participação e de contraposições de ideias, se aglutinaram no antigo MDB – atual *Partido do Movimento Democrático Brasileiro* PMDB –, desde os conservadores, aos liberais, também socialistas e os nascentes social democratas, representaram a pluralidade de pensamento e posições políticas que existiam, mas não se manifestavam com toda a liberdade.

Na alvorada da Constituição Federal de 1988, definiram-se regras para que houvesse a clareza no que se tange aos limites da participação e da liberdade de contestação. As construções do cenário político e social brasileiro de certa forma promoveram uma releitura do cenário da cidadania, buscando retificar a herança da formação elitista da política nacional. Compreendeu-se pelos constituintes que era

¹ Guilherme Augusto Batista Carvalho, autor desse artigo, é graduado em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

necessário problematizar as configurações e entendimentos do papel e atuação dos movimentos e suas expressões populares, suprimidos pelo movimento não democrático que se arrastou de 1964-1985, e que representou a continuação da supressão do direito de participação e de oposição.

Os trabalhadores, sindicatos e os movimentos de base que em meio às suas demandas, sempre encontraram dificuldades políticas, pela primeira vez, no art. 10 da Constituição Federal, se depararam com uma interlocução com o poder: “É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação” (BRASIL, 2012, p.20). Outro ponto amplo e de um profundo desejo dos grandes empresários e intelectuais, era a liberdade de imprensa, que na constituição se manifestou no art. 220 da seguinte forma: “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição” (BRASIL, 2012,13).

A primeira eleição direta no Brasil, em 1989, trouxe consigo um amplo arcabouço de propostas das mais diversas correntes de pensamento, oriundos da liberdade de expressão promovida pela Constituição aprovada no ano anterior. Também, destaca-se a apreensão popular pela possibilidade da primeira participação eleitoral direta na escolha de um presidente desde 1961 com a eleição de Jânio Quadros (PDC).

Dentre os candidatos, sobressaem os dois que chegaram ao segundo turno. Lula, para Albino, Rubim e Colling (2004) representava para a classe trabalhadora nacional, a superação da ditadura e a busca de uma justiça social no país. Já Collor, inaugurou em nível nacional, uma possibilidade política de privilegiar o mercado como princípio regulador da sociedade, e ainda utilizou outro dispositivo da Constituição de 1988: “Collor, em moldes marcantes e inovadores bem como uma política configurada pela existência de um padrão midiático [...] acionou e esbanjou marketing, sondagens de opinião, produção de imagem pública” (ALBINO; RUBIM; COLLING, 2004, p.76).

A necessária análise das variáveis nesse trabalho, para uma melhor explicitação de nossos objetos, segundo Sartori (1970), vem a partir da determinação adequada dos conceitos, para então desenvolver categorias, e assim pensar nas cunhar nuances. Nesse sentido, esse artigo se propõe a compreender conceitos diretamente ligados ao tema proposto, que são peças-chave para um ponto de partida na abrangência temática possível, como “Poliarquia”, “Simbolismo”, “Hegemonia” e “Vontade”. E para um ponto de partida, iniciaremos uma discussão teórica visando abordar a temática a partir

de um ponto de vista ontológico, para que assim tenhamos uma visão mais robusta dos fatos a serem apresentados.

2 POLIARQUIA, SEUS SIMBOLISMOS E VONTADES

Robert Alan Dahl na obra “Poliarquia: Participação e Oposição” (1997) tem em sua obra a máxima análise sobre democracias recentes, e que necessitam de alguns fatores básicos para constituírem democracias robustas. Poliarquias para o autor, são “regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública (DAHL, 1997, p. 31). Na visão de Joseph Schumpeter em sua única obra sociológica, denominada Capitalismo, Socialismo e Democracia (1961), a participação é restrita às elites, não no sentido econômico apenas, mas no sentido decisório, o que inviabiliza a participação das massas. Para Miguel (2014) a visão de Schumpeter é um tanto quanto atomística em relação à vida social, ignorando os processos de produção de vontades individuais e que constroem vontades coletivas, pois Schumpeter acredita que as vontades populares em relação à vida política estão restritas apenas ao voto, ato esse que instrumentaliza a manutenção do status quo. Mesmo de uma forma cética, a teoria schumpeteriana tem muito a contribuir para se pensar o papel da participação popular e sua relação com os centros de poder.

Para o professor Florestan Fernandes (1986), há um pacto conservador no Brasil no sentido de afastar as massas das esferas de influência política: “zerar a presença popular em todos os processos cívicos e políticos, de alguma magnitude, monopolizados pelas elites culturais [...] manter as rédeas presas para que a massa e trabalhadores sejam premente banidas do exercício do poder” (FERNANDES, 1986, p.44). A partir dessa discussão que Fernandes realiza, a liberdade de expressão parece ser apenas mais uma válvula da manutenção do equilíbrio entre a legitimação da minoria elitizada e a sensação de contemplação da vontade da maioria por uma ideia de liberdade de contestação, que para o autor estaria muito mais vinculada a uma perspectiva econômica.

Em uma visão talvez mais otimista, Dahl considera que em um regime democrático, há uma constante disputa pela consciência da sociedade. Para o autor em um regime poliárquico é necessário que hajam condições básicas: “Liberdade de formar e aderir a organizações; Liberdade de expressão; fontes alternativas de informação;

liberdade de exprimir preferências; Liberdade de formar e aderir a organizações; direito de líderes políticos disputarem apoio” (DAHL, 2006, p. 63). Para Dahl (1997), a contestação é um mecanismo, que ocorre a partir da oposição individual, que se aglutinada, formam grupos que reivindicam o direito a participação e de contestação da administração pública.

Dahl, diferente de Schumpeter, acredita que as eleições ocupam um papel central, pois: “aumentam imensamente o tamanho, o número e a variedade de minorias cujas preferências têm de ser levadas em conta pelos líderes quando fazem escolhas políticas” (DAHL, 2006, p. 132). Nesse sentido, o autor acredita que a participação das massas através das eleições é parte de um processo decisório através da delegação. Axel Honneth (2009) entende a busca por participação como sendo parte de uma luta pelo reconhecimento e da gramática moral dos conflitos sociais. O autor é um dos principais expoentes contemporâneos da chamada “*teoria do reconhecimento*”, a qual dialoga bastante com o nosso tema. Sobre a questão da participação da classe dos trabalhadores, Honneth (2003), ainda postula: “mesmo as lutas por redistribuição material devem ser entendidas como sendo, em primeiro lugar, clamores por reconhecimento” (HONNETH, 2003, p. 113-114).

Dahl (1997) nos trouxe importantes contribuições, ao postular uma noção conflitiva entre governantes e governados demonstrando o temor dos governantes em cederem participação aos governados: “Qualquer transformação que dê mais oportunidades aos opositores do governo traduzir seus objetivos em políticas aplicadas pelo Estado traz consigo a possibilidade de conflito com representantes dos indivíduos” (DAHL, 1997, p.9). Nesse sentido cabe questionar se há um temor por parte dos governantes pós-Constituição na abertura para os questionamentos e participação popular? Max Weber na obra “*A Política Como Vocação*” (2003), contribui conosco ao também nos oferecer uma definição própria para participação política: “constitui o conjunto de esforços tendentes a participar da divisão do poder, influenciando sua divisão, seja entre Estados, seja entre grupos num Estado” (WEBER, 2003, p.9).

Norberto Bobbio em sua obra “*Estado, Governo e Sociedade*”, faz uma releitura do conceito de superestrutura em Gramsci, e acaba se deparando com um elemento fundamental para nossa leitura sobre participação e oposição: a sociedade civil como superestrutura. “A sociedade civil representa a eticidade, através da qual uma classe dominante obtém o consenso; o Estado representa o momento político [...] para a conservação do poder, ao menos até quando o poder for exercido por uma classe

restrita” (BOBBIO, 1987, p.40). O autor entende que esse consenso perpassa os limites individuais, e atinge grupos, formando *hegemonias*. Para Antônio Gramsci em “*Cartas de cárcere*” (1999), hegemonia é um conceito que não se expressa pela imposição, mas sim pelo consenso, no qual o grupo dominante a exerce em toda a sociedade, e se expressa no Estado, mantendo-o coeso.

2.1 A disputa pela consciência coletiva

Gramsci (1999) argumenta que o consenso depende do grau em que o embate pela superestrutura se dá, ou seja, no nosso caso da disputa materializada pela correlação de forças para a formação de uma hegemonia frente à sociedade civil em prol de um determinado projeto político. Esse embate, segundo o autor depende de homogeneidade, autoconsciência e organização dos diferentes grupos, assim viabilizando a formação de uma estrutura social que pode “conquistar” a superestrutura através do aumento da coesão de uma ideia dentro da sociedade, pois os grupos organizados criam estruturas sociais, lutam, e unificam-se em prol de uma agenda de interesses, para então formar uma hegemonia.

A busca pela hegemonia gera uma “cultura de disputas” no campo social e político que transcende para as questões que impactam na superestrutura, nesse caso no campo econômico, onde o emprego, salário, inflação e condições de trabalho se tornarão símbolos dessa disputa. “Se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (GRAMSCI, 2000, p. 48).

Sobre o prisma da ideia do pensamento sobre hegemonia de Gramsci, os símbolos construídos em torno de uma determinada atividade, ou tema, têm como fim abrir diálogo com as estruturas – grupos da sociedade civil não organizada como universidades, escolas, famílias, comércio, indústrias etc –, obter consenso dentro dela através do simbolismo – nesse caso os fatores econômicos –, assim chegar à hegemonia. Em nosso caso, os grupos sociais organizados – CUT, UNE, MST, Partidos de oposição, parecem se colocar na tentativa de obtenção de uma coesão com a sociedade civil em prol de uma oposição no campo econômico e político. Já a mídia, parece ter se colocado a favor dos projetos políticos, econômicos e sociais dos dois governos aqui pesquisados. Porém, o que mais chama a atenção, além do ainda muito recente debate livre entre campos opostos, é que os discursos de ambos parecem tentar dialogar com a

sociedade, e talvez, em prol de obter um consenso, por isso é necessário dialogar com o conceito de hegemonia.

Para Bourdieu (1989), há um processo de construção de simbolismos que efetivamente através de uma produção de conceitos, impõe vontades de atores. Esses atores para o autor manifestam através de um conjunto de símbolos, as relações de poder, expressas pela criação de categorias de percepção e de apreciação e de expectativas inconscientes, além disso há também um foco na construção simbólica de condições objetivas interiorizadas e disposições para a recepção simbólica.

O sociólogo polonês, Zygmunt Bauman (1977), traz uma abordagem bastante relevante para o conceito de vontade e seu simbolismo político: “despojar a discussão dos fenômenos políticos do conceito de vontade, intenções, objetivos [...] transcende a idiosincrasia individual [...] as atividades humanas permanecem comprimidas entre os fenômenos da ação política” (BAUMAN, 1977 p.25). Assim, o individualismo materializado em vontades, efetivamente não compõe as ações coletivas que levam ao consenso hegemônico. Os simbolismos são construídos por grupos que necessitam transcender as esferas individuais para obterem apoio político, sem um simbolismo que transcenda vontades restritas, não se viabiliza o consenso, e por consequência a hegemonia.

2.2 A tentativa da construção do consenso

A mídia desenvolve um papel fundamental na destinação e enquadramento das vontades políticas, e que pode abrir espaço para um consenso. Max Weber acredita que a mídia tem um papel fundamental na criação de aliados e opositores dos projetos políticos. O autor define: “Naturalmente qualquer político de importância, precisa contar com a influência da imprensa e assim cultivar laços com o meio jornalístico” (WEBER, 2003, p.47). Para Gramsci (1999), os meios de comunicação em geral são parte daquilo que ele entende como “aparelhos privados de hegemonia”, logo a abertura de diálogo com a imprensa como Weber sugere, é justamente o diálogo com as vontades individuais que podem se constituir em vontades coletivas. Essas vontades coletivas para Bourdieu (2007) podem ser melhor referenciadas em Durkheim. Para o autor, elas são desenvolvidas através das relações domésticas, familiares, e podem surgir como relações de dominação ou subordinação econômica e política – correspondendo a premissa de Gramsci –. Bourdieu acredita que existem relações construídas a partir de um princípio de não consciência que “impõe que se construa um sistema de relações

objetivas nas quais os indivíduos se encontram inseridos e se exprimem de modo adequado na economia e na morfologia dos grupos através das opiniões e intenções manifestas pelos sujeitos” (BOURDIEU, 2007, p.24). Essa perspectiva do autor, ao nosso ver, é o que baliza a junção de vontades individuais, e constroem uma coesão a partir de uma determinada temática.

Habermas (1997) acredita que a opinião pública tem um papel importante na dinâmica de participação dos atores não elitizados nas esferas decisórias, e isso é o que de fato exerce o controle sobre a mídia. “A opinião pública gera influência, se transforma em “poder comunicativo” através de eleições; este por sua vez, se torna “poder administrativo” por meio da legislação” (HABERMAS, 1997, p. 189-190). Nessa visão, a mídia cumpre um papel fundamental de equilíbrio no processo da formação de um corpo político-administrativo do Estado, porém os movimentos sociais organizados por vezes se contrapõem a ela de forma incisiva, através da junção de outras vontades, formando uma oposição.

Para John Rawls (*apud* Miguel, 2014), há um “véu de ignorância” que impede que as pessoas conheçam sua posição social. Os fatores que contribuem com o aumento do consenso em relação ao que é transmitido, nesse sentido a mídia se estende como um importante mecanismo, ou mesmo as “fibras” desse véu. Bohman (1996), acredita que o reconhecimento subjetivo do que está sendo transmitido aumenta o êxito na realização de uma deliberação pública, em que se cria uma falsa ideia de participação do processo: “reconhecem que contribuíram e influenciaram o resultado final, mesmo discordando dele” (Bohman, 1996, p.33). Dessa forma, Bohman se aproxima da análise schumpeteriana. Miguel (2014) confirma o caráter conservador da análise de schumpeter e de Bohman, pois “o ideal deliberativo pode se revestir de um caráter profundamente conservador. A exigência de consenso, em especial, paralisa a ação política preservando o status quo” (MIGUEL, 2014, p.81). Assim, o consenso pode obedecer tanto a parte que quer mudar, quanto à parte que quer conservar algo.

3. A MÍDIA E O STATUS QUO GOVERNISTA DE COLLOR À FHC

As estratégias de investimentos na mídia nacional renderam grandes resultados a Collor. “Nos dias que se seguiram, a TV Globo selecionou partes dos debates,

favorecendo Collor. A tendência eleitoral definiu-se e Lula perdeu a eleição (Collor 42,75% e Lula 37,86%)” (AVELAR, 1992, p.43). O apoio midiático na interlocução com a sociedade se mostrou extremamente expressivo, tendo em conta que só a TV Globo, segundo Avelar (1992), possuía uma audiência diária de 80 milhões de telespectadores. Para Avelar (1992), a Rede Globo, pelo Jornal Nacional, dedicou 87% do seu noticiário político à sucessão. O Jornal da Rede Manchete, 92%, e o Jornal Bandeirantes, 92%.

Tendo assumido em 1990, Fernando Collor de Mello chega ao poder apoiado pela Constituição Federal, mídia nacional, grande parte da classe média e o grande empresariado. As camadas sociais mais baixas, porém, sofriam mais que as demais classes, pelas altas inflações e o desemprego que desde os primórdios dos anos 1980 assolavam o país. Segundo Filho (1992), a política salarial adotada pelo governo Collor, achatou os salários na tentativa de conter o processo inflacionário. Além disso, o autor destaca que os planos Collor I e II, foram apresentados pelo Presidente como planos de reconstrução nacional, que na época já enfrentavam uma inflação média de 80% ao dia, e uma taxa real de desemprego de 16,1%.

Frente aos crescentes números negativos, o partido de um dos principais opositores do presidente e ex-candidato à Presidência da República, Lula, e naquela época um dos principais interlocutores com os ainda nascentes movimentos sociais organizados, proferiu declarações a respeito do descrédito ao qual o governo se encontrava, em uma resolução nacional partidária: “Collor vive, portanto, entre a recessão e a retomada da inflação, com riscos de uma hiperinflação [...] impôs, especialmente aos trabalhadores e pequenos produtores, perdas salariais e de renda, além de imobilizar novamente o governo” (PT, 1992, s/p). Souza (2000) mostra que em 1990, 71% da população acreditava que Collor faria um governo ótimo ou bom, o prestígio popular do presidente cai drasticamente, quando em 1991 o número é de 36% que consideravam um governo ótimo ou bom. Um ano depois, apenas 24% acreditavam na possibilidade de um bom governo. Seis meses antes de a Câmara dos Deputados autorizar o processo de impeachment, apenas 15% mantinham esta avaliação positiva.

Em meio ao aumento da pressão política, o Presidente Collor se encontrou sem base de apoio no Congresso Nacional, e muito menos tinha uma base social. A situação se agravou, quando segundo Filho (1992), o irmão do Presidente, Pedro Collor, deu uma entrevista à Revista Veja, acenando um possível amplo esquema de corrupção liderado pelo seu irmão, o Presidente. “Um dossiê, apontou o empresário Paulo César Farias,

antigo amigo e colaborador de Fernando Collor e responsável pela coordenação financeira de sua campanha presidencial, como chefe de uma quadrilha que rouba, extorpe e corrompe” (FILHO,1992, p.43).

A posição midiática em relação a Collor é mudada, os principais veículos de comunicação do país começam a cobrir o início do movimento que ficou conhecido como “*caras pintadas*”. Rocha e Lúcio (2010) mostram que em Agosto de 1992, a Câmara Federal aprovou a abertura do processo de *impeachment* contra Collor e, em 29 de setembro ocorre a votação decisiva com 441 votaram a favor, 38 contra, 23 não votaram e um se absteve. A votação foi transmitida ao vivo pela TV e telões foram montados nas praças das principais cidades brasileiras. A euforia popular tomou conta das ruas. Foi a primeira grande manifestação nacional desde as “*Diretas já*”, obtidas através da pressão e insatisfação popular e também descontentamento de classes que detinham poder econômico. Collor, assim teve seus direitos políticos cassados, e seu vice, Itamar Franco (PMDB), assumiu a Presidência da República.

3.1 Do pós *impeachment* à era FHC

O combate à inflação era uma proposta comum a todos os candidatos à Presidência da República no Brasil pós-redemocratização, e nos preparativos para a eleição de 1994, não foi diferente. Após incansáveis planos econômicos, uma proposta em especial de combate à inflação ganhou força. Essa proposta ocorreu durante o governo de Itamar Franco, sucessor do ex-Presidente Collor, através do *Plano Real*: “a era do Real teve o significado de uma “conjuntura crítica”, isto é, de uma grande mudança na posição relativa dos atores políticos e sociais em relação aos instrumentos de poder e às preferências” (PIERSON *apud* COUTO; ABRUCIO, 2003, p. 276). A ideia do “Real”, por um lado enfrentou grande contestação por parte dos movimentos sociais e seus representantes, como na fala do então Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola – PDT –: “Outra vez, trata-se de soluções artificiais, simplesmente financeiras, que não atingem a essência do processo inflacionário. É um plano para beneficiar as grandes empresas e os bancos às custas da população trabalhadora” (BRIZOLA *apud* FOLHA, 2014, s/p).

A mídia, mas mais em especial a imprensa escrita, se mostrou bastante aliviada com a chegada de Fernando Henrique Cardoso – FHC – do PSDB à chefia do Ministério da Fazenda do governo Itamar Franco – PMDB –. Por exemplo, o jornal “O Globo” (*apud* RENAULT, 2008), destaca que FHC revelou, na carreira política, ser

imune à força deformadora do radicalismo e poderia dar um sentido pragmático e ao programa de privatização, livrando-o da artificial disputa ideológica que o ameaçava. E não foi por acaso que os meios empresariais e os mercados receberam com serenidade a nomeação de FHC. O sucesso do Plano Real no combate à inflação atingia grande popularidade já em 1994, e junto a ele, a popularidade do novo Ministro da Fazenda também subia gradativamente. “Para se ter uma ideia, em junho de 1993, o último mês antes do real, a inflação foi de 50%. Um ano depois estava em torno de 2%. Fernando Henrique ficou conhecido como o “pai” do real, o Plano e a moeda” (RENAULT, 2008, p.110).

Claras mudanças econômicas pairavam no ar após a eleição de 1994 com a eleição do ex-Ministro da Fazenda, FHC, que tinha em tese o intuito de garantir a preservação do ganho de estabilização do Plano Real. Oliveira e Turola (2003) sintetizam essas mudanças ordenando-as por mandatos do novo Presidente: 1º mandato: introdução de medida de controle das finanças dos governos estaduais e municipais; aumento do *déficit primário*; aumento da despesa com juros; déficits crescentes em conta corrente. 2º mandato: Ajuste fiscal voltado para a geração de *superávits primários*, baseado em aumento de receitas e redução de despesas; metas de inflação; reversão dos déficits em conta corrente.

Para Teixeira e Pinto (2012), dentre as tendências econômicas do governo FHC, cabe ressaltar as aberturas comercial e financeira, uma política extensiva de privatizações além de reformas favorecendo o mercado. Houve assim uma condução de uma política econômica voltada para juros altos e contenção de gastos correntes – gasto público –, além disso, um aumento no desemprego real. “Em 1995, a taxa de desemprego real era de 4,6% a.a. [...] em 1998 se elevava para 7,6% [...] a segunda fase do governo, por sua vez começou com uma taxa de 7,6% a.a. e encerrou com 7,1% a.a. [...] o governo FHC apresentou um aumento de mais de 50% no desemprego” (CHRISTO, 2013 p.20). Frente ao programa econômico e o governo de modo geral, Castro (2009), ressalta que dentre as principais organizações oposicionista eram: o Partido Comunista do Brasil – PCdoB –, Partido Democrático Trabalhista – PDT– e o Partido Socialista Brasileiro – PSB –. Dentre os movimentos sociais organizados cabe destacar a Central Única dos Trabalhadores – CUT –, União Nacional dos Estudantes – UNE – e o Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST.

Em 1997, é dado o início aos protestos contra o governo FHC, através de uma marcha até Brasília, liderada pelo MST. Após os primeiros efeitos nos salários, aumento

do desemprego Diante dos desacordos entre movimentos sociais em relação à política econômica, e ao governo de modo geral, a CUT em um congresso nacional em 1999, fez uma pauta com os principais temas de luta contra o segundo mandato do Presidente: “Reposição das perdas salariais das categorias, e reajuste mínimo de 10%; Redução da jornada de trabalho sem redução de salários; Combate à miséria; Revogação de todas as medidas do governo que precarizam as relações de trabalho; Fora FHC” (CUT, 1999, p.87). Durante essa plenária, algo também chama a atenção é em sua conclusão, onde é argumentado que é necessário que os movimentos de trabalhadores organizados desmistifiquem a propaganda difundida nos canais midiáticos liderados pelo governo, que dizem que a precariedade dos serviços prestados nos órgãos públicos é de responsabilidade dos trabalhadores.

Segundo Carvalho (2006), no segundo mandato de FHC foram promovidas ações pelo *Fórum Nacional de Lutas* que reuniram diversas entidades de cunho social, trabalhista e estudantil. Este fórum realizou as maiores manifestações populares desde o impeachment contra Collor, como as marchas pela reforma agrária e a marcha dos cem mil. Em meio ao crescimento dos protestos, concomitantemente também cresceu a política midiática de tentativa de descredibilização dos movimentos sociais organizados opositores. “A mídia brasileira, em especial a imprensa assumiu a tarefa de desqualificar os movimentos sociais questionando suas ações e criminalizando seus atos” (VIEIRA; ROEDEL, 2003, p.8).

Entre 1995 e 1998, o governo se deparou com diversas dificuldades de ordem estrutural. Foram de crises econômicas que geraram impactos sociais através do aumento de juros e redução do superávit, até diversos casos de corrupção. Alguns desses casos chamaram bastante a atenção da opinião pública, como as chamadas “farra do PROER” e os “grampos do BNDES”, mas que não ganharam tanto destaque na mídia nacional. “A venda da empresa de telecomunicações e os acordos velados entre governo e mídia redefiniram a imagem do governo e do próprio presidente [...] resultaram no apoio ao governo e às suas políticas econômicas estampado nos principais jornais e revistas” (TAVARES, 2012 p.14). Além de apoio, a mídia por diversas vezes se mostrou omissa à prática da vinculação de notícias contrárias ao governo FHC. “Todas as denúncias de corrupção, do caso SIVAM à “pasta rosa”, da compra de votos para reeleição ao caso do grampo no BNDES e ao dossiê das Ilhas Cayman, assim como surgiram, desapareceram, graças à ação do governo e a colaboração da mídia” (Lesbaupin, 1999, p.10-11).

Para Tavares (2012), no segundo mandato de FHC (1999-2002) a mídia se manteve fiel ao projeto de econômico e ideológico do governo. Esse apoio foi determinado principalmente pelas privatizações das telecomunicações nas concessões de novas frequências de transmissão de rádio e TV e de áreas de exploração de TV a cabo, mantendo o monopólio midiático próximo ao governo. Além disso, para Carvalho (2006), houveram diversos acordos entre complexos midiáticos, como os Jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*, e o Palácio do Planalto para não divulgarem alguns números ruins, dentre eles, destaca-se a alta nos preços do petróleo que no início de 1999 sofreu uma variação entre 30% e 100%.

4. CONCLUSÃO

Baseados nas discussões, tanto teóricas quanto factuais, aqui apresentadas, concluímos que o processo de construção de apoios da mídia aos governos Collor e FHC, de fato buscaram, através da força dessa aliança, construir uma base consensual na sociedade no Brasil para implementar suas políticas econômicas de austeridade. Porém, os fracassos dessas medidas engrossaram a voz dos nascentes movimentos organizados que se colocaram na contramão de tais políticas. A grande questão da liberdade de oposição, em nossa visão, pareceu se manter intacta como prevista na Constituição Federal de 1988, não sendo a mídia um impeditivo dessa oposição, porém sendo a defesa enfática do lado oposto, reforçando a noção da liberdade de expressão tanto de um lado quanto de outro.

5. REFERÊNCIAS

- AVELAR, Lúcia. As Eleições na Era da Televisão. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, 32(4): 42-57, Set-Out. 1992
- BAUMAN, Zygmunt. **Por Uma Sociologia Crítica**: Um ensaio sobre senso comum e emancipação. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Editora DIFEL, 1989.
- _____. **A Economia Das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade para uma teoria geral da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BOHMAN, James. **Public Deliberation: Pluralism, Complexity and Democracy**. Cambridge: MIT Press, 1996.
- BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil**. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2012.
- CARVALHO, Rodrigo. **A imprensa escrita na era FHC**: Análise dos editoriais dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* no período 1995-2002. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Mercado) – São Paulo, Faculdade Cásper Líbero.
- CASTRO, Camila Penna. **Protesto Social no Brasil e na Argentina**: Um estudo dos repertórios de ação coletiva entre 2000 e 2005. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Brasília: UNB.
- CHRISTO, Dirce Cristina. **Evolução do desemprego no Brasil de 1995 a 2010: análise dos governos FHC e Lula**. 2013. Monografia (Graduação em Economia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- COUTO, Claudio G; ABRUCIO, Fernando. O segundo governo FHC: coalizões agendas e instituições. *Tempo Social*, São Paulo, pp. 269-301, novembro de 2003.
- DAHL, R. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: EDUSP, 1997.
- _____. **A Preface to Democratic Theory**. Reed. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- DRYZEK, Jhon. **Deliberative Democracy and beyond: Liberals, Critics, Contestations**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- FERNANDES, Florestan. **Que tipo de república?** 2º e.d. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
- FERNANDES, B. M. O MST e a luta pela reforma agrária no Brasil. **Observatório Social da América Latina**, Buenos Aires, v.2, 2000.
- _____. Ocupação de Terra – 2000-2005: Desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. **Observatório Social da América Latina**, Buenos Aires, v.11, p. 31-40, 2003.
- FILHO, Calino P. Emprego e Salário: saldos do governo Collor. **ZERO HORA**, Porto Alegre, p.5, 1992.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. 1, 1999.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, Vol. 2, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HONNETH, Axel. Redistribution as Recognition? A response to Nancy Fraser. In: FRASER, Nancy; _____. **Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange**. London: Verso, 2003.

_____. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

LAZARFELD, Paul F; BERELSON, Bernard; GAUDET, Hazel. **The People's choice: How the voters Makes up His Mind in a presidential election**. 3° ed. New York: Columbia University Press, 1969.

ROCHA, José Aparecido da S; LÚCIO, Antônio B. Protesto Social no Brasil: Os jovens nos movimentos Diretas já e Fora Collor. **Congresso Alas**, Recife, vol.1, pp.1-9, 2010.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. *Didática*, São Paulo, v.26/27, p.149-158, 1990/1991.

MIGUEL, Luis F. **Democracia e Representação: territórios em disputa**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MILIBAND, Russel. **Marxismo e política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

OLIVEIRA, G; TUROLLA, F. Política econômica no segundo governo FHC: mudança em condições adversas. **Revista Tempo Social**, v. 15, n. 2, nov. 2003.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Comissão Executiva Nacional**. *Circ. CEN/007/92* – Informes e decisões do Diretório Nacional (reunião de 31 jan., 1° e 2 fev. 1992). São Paulo, 4 fev. 1992.

RENAULT, David. A construção da imagem de FHC na mídia impressa (1993 – 1994). **Comunicação e Espaço Público**, Ano XI, nº 1 e 2, 2008.

RIBEIRO, Ricardo Luis M. **A decadência longe do poder: refundação e crise do PFL**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade de São Paulo, São Paulo.

RUBIM, A. A. C; COLLING, L. Mídia, cultura e eleições presidenciais no Brasil contemporâneo. In: Correia, J. C. (org.). **Comunicação e política**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2005.

SARTORI, Giovanni. “Concept misformation in comparative politics.” *American Political Science Review*. N°. 4, pp. 1033, Dec, 1970

SÃO PAULO, Folha de. **Do PT ao próprio Governo, Plano Real enfrentou resistência para aprovação**. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/06/1473092-do-pt-ao-proprio-governo-plano-real-enfrentou-resistencia-para-aprovacao.shtml>>. Acessado em: 01/09/2015

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. — Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

TAVARES, Michelle S. **FHC e os Escândalos Políticos**: Os ‘modos de dizer’ de Veja e Istoé sobre as crises personalizadas. 2012. Dissertação (Dissertação em Comunicação e Cultura Contemporânea). Salvador: UFBA.

TRABALHADORES, Central Única. **Resolução da 9ª Plenária da CUT “Santos Dias”**. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 1999.

VIEIRA, Fernando Antônio C; ROEDEL, Hiran. Rompendo o monopólio da mídia: o MST e a construção de uma mídia alternativa. **Magistratura Fluminense pela Democracia**, Rio de Janeiro, Ano 1, outubro / dezembro de 2003.

VIEIRA, Soraia Marcelino. Brasileira: Entre a Social Democracia e o Neoliberalismo O Partido da Social Democracia. *Universidad Católica de Córdoba*, Córdoba, nº 27, 2012.

WEBER, Max. **A política como vocação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.